

Dos royalties do petróleo, 80% são congelados

Governo defende um fundo do pré-sal para educação, mas direciona recursos atuais para o superávit primário

Gustavo Paul e Patrícia Duarte

• BRASÍLIA. Mostrando-se preocupado em destinar a maior parte dos recursos obtidos com o óleo do pré-sal em áreas nobres como educação, combate à fome, cultura, meio ambiente e ciência e tecnologia, o governo Lula não demonstra o mesmo empenho em relação ao que recolhe de royalties e Participações Especiais (PEs) nos campos já em exploração. A maior parte do dinheiro está congelada e serve historicamente para compor o superávit primário e reduzir a proporção da dívida pública brasileira. Do que o governo autoriza gastar, pelo menos a metade está sendo usada para a área militar.

Desde 2007, quando as primeiras gigantescas reservas do pré-sal em Tupi foram confirmadas, o governo federal arrecadou R\$ 26,1 bilhões em recursos de "compensação financeira por exploração de petróleo ou gás natural", o nome técnico para os royalties e PEs. Mas, de acordo com levantamento da ONG Contas Abertas, R\$ 20,9 bilhões foram depositados, de antemão, numa Reserva de Contingência, o que corresponde a 80% do total. Este fundo foi criado para que as autoridades possam guardar o dinheiro para ser usado em situações de emergência futura.

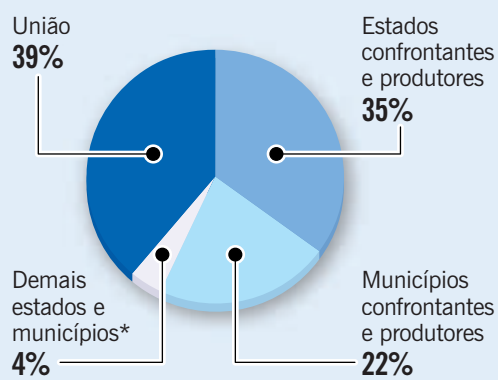
Por se tratar de um dinheiro carimbado, ele só pode ser usado para os fins definidos por lei. Na prática, portanto, é um dinheiro esterilizado que fica parado e se torna um registro contábil na conta única da União. Ao sair do Congresso, os órgãos nem contam com a possibilidade de usar os recursos ao longo do ano. É o que deixa claro o Comando da Marinha, ao explicar em nota o destino do dinheiro a que tem direito.

Ministério da Educação não sabe destino do dinheiro

"Dos R\$ 1,799 bilhão previstos à Marinha do Brasil na Lei Orçamentária (de 2009), cerca de R\$ 656,78 milhões compõem a Reserva de Contingência do Governo Federal. Assim, a Marinha dispõe somente de R\$ 1,142 bilhão de créditos para custear as atividades de patrulha e de proteção das plataformas e bacias petrolíferas da costa brasileira", diz o texto. No entanto, outra parcela dos recursos ainda é contingenciada pelo Ministério do Planejamento no início do ano para adequar o

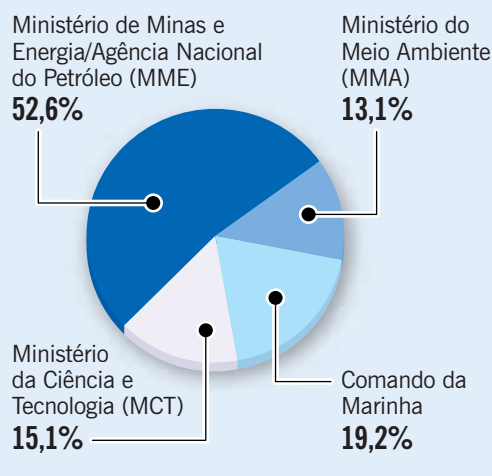
Uma riqueza sem alcance

COMO SÃO DISTRIBUÍDOS OS RECURSOS DE ROYALTIES E PARTICIPAÇÕES ESPECIAIS



* Fundo Especial do Petróleo

DIVISÃO DO BOLO FEDERAL



Fonte: Contas Abertas, com dados do Siafi

COMO É A DIVISÃO DO BOLO (em R\$ milhões)

	Autorizado no Orçamento 2007	Autorizado no Orçamento 2008	Autorizado no Orçamento 2009
Total	18.430	23.124	25.373
Transferência para estados e municípios	11.233	15.178	15.205
O que sobra para o governo federal	7.197	8.400	10.168
Reserva de Contingência	5.899 (81%)	7.040 (83%)	8.005 (78%)
Valor real dos gastos	1.298	1.360	2.163

GASTOS POR MINISTÉRIOS EM 2009 (até 27 de agosto, em R\$ milhões)

	Autorizado no Orçamento	Reserva de Contingência	Empenhado	Pago	Restos a Pagar	Pago Total
MCT	1.410	636	554	360	81	442
MME*	5.566	5.312	183	43	-	43
MMA	1.391	1.389	274	259	308	568
Marinha	1.799	656	461	382	88	470

* excluída a transferência da parcela dos estados e municípios

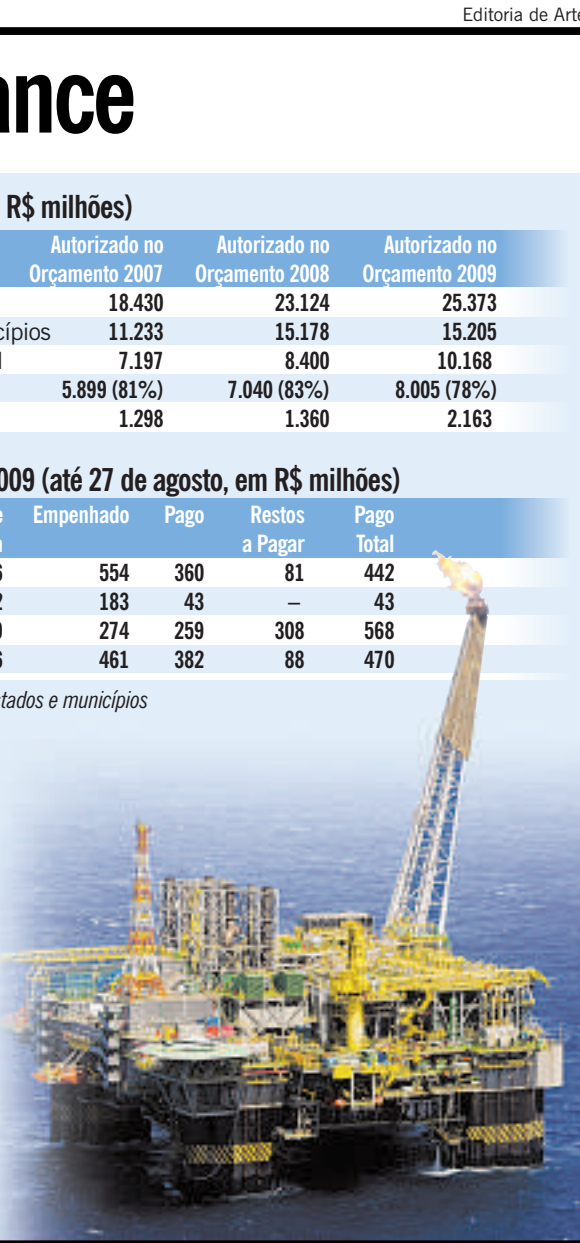
ALGUNS GASTOS DA MARINHA

Reaparelhamento da Marinha R\$ 391,4 milhões

Construção de Navios-Patrulha Oceânicos, desenvolvimento de Missil Nacional Antinavio e modernização e revitalização de Meios Aeronavais e Meios Navais, além da aquisição de Meios Aeronavais

Preparo e Emprego do Poder Naval R\$ 717,1 milhões

Manutenção de navios e outros meios operativos da Marinha, suprimento de munições e de combustíveis e lubrificantes, preparo de embarcações, aviões e fuzileiros navais, mantendo-os em estado de prontidão



Pouco dinheiro para sustentabilidade

'Na área de petróleo, até temos recursos, mas eles não chegam', diz técnico de ministério

• BRASÍLIA. O Ministério do Meio Ambiente, responsável por uma das áreas eleitas para receber os recursos do Fundo Social do pré-sal, tem 99% de sua verba retidos na Reserva de Contingência, antes mesmo de o Orçamento ser executado. Embora receba uma parcela ínfima do que lhe é reservado, a pasta direciona o capital para projetos que envolvem a atividade de extração de petróleo e gás. Segundo Álvaro Roberto, técnico responsável de parte dos programas voltados para a sustentabilidade dentro da atividade petrolífera, esse recursos são usados em diversas frentes.

Entre as mais importantes, segundo ele, estão os planos de emergência para enfrentar acidentes ambientais em bacias, por exemplo. O governo entende que essa prática é de respon-

sabilidade da empresa que está explorando a área mas, em caso de grandes e graves acidentes, o governo pode ser obrigado a atuar. O MMA também planeja a criação de um Plano Nacional de Contingência (PNC), envolvendo outros ministérios, com o mesmo objetivo. Outro programa que recebe recursos da exploração de petróleo é o que mapeia a sensibilidade a derramamento de petróleo em áreas petrolíferas. Roberto espera que, com o pré-sal, o MMA consiga receber um pouco mais de recursos, já que o mapeamento das regiões e as licenças ambientais terão caráter emergencial.

— Na área de petróleo, nós até temos recursos, mas eles não chegam — disse o técnico. (Patrícia Duarte e Gustavo Paul)

Orçamento às receitas previstas para o ano. De R\$ 1,142 bilhão que restaram para a pasta da Marinha, por exemplo, R\$ 362 milhões foram congelados no início do ano. Na prática, portanto, o comando teve apenas R\$ 780 milhões para usufruir. Do total de recursos de royal-

ties e PEs pagos pelas empresas de petróleo e gás, a maior parte é transferida para os estados e municípios, de acordo com a legislação em vigor. Desde 2007, foi autorizado, por exemplo, o pagamento de R\$ 67,7 bilhões de participações governamentais, dos quais R\$ 41,6 bilhões

foram para os cofres regionais. A partir daí o governo federal não tem controle sobre o destino dessa verba.

O quinhão federal tem caminho certo, definido em 1997 pela Lei do Petróleo: 52% para o Ministério de Minas e Energia, 13% para o Ministério do Meio

Ambiente, 19% para a Marinha e 15% para a Ciência e Tecnologia. Apesar do discurso a favor da educação, apenas uma pequena parcela oriunda do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) é desviada ao orçamento do Ministério da Educação. Em 2009

essa soma chegava a R\$ 5,3 milhões. Perguntada sobre o destino desses recursos, a assessora do Ministério da Educação não soube localizá-lo.

Lei: verba tem que ser usada em atividade petrolífera

Pela lei, os recursos oriundos das receitas governamentais do governo federal só podem ser usados para áreas que tenham conexão com a atividade petrolífera. O Ministério da Ciência e Tecnologia, por exemplo, deve voltar sua ação para pesquisa aplicada à indústria do petróleo. O Comando da Marinha precisa atender à fiscalização e proteção das áreas de produção, enquanto o Ministério do Meio Ambiente é obrigado a destinar os recursos para projetos relacionados à preservação do meio ambiente e à recuperação dos danos ambientais causados pela indústria do petróleo.

Já o Ministério de Minas e Energia deve gastar 70% do que tem direito em estudos e serviços de geologia e geofísica para exploração de óleo e gás, e o restante para a desenvolvimento energético e pesquisas. Na prática, porém, os recursos existem, mas como boa parte do orçamento da União, têm sua execução bastante lenta.

Este ano, segundo o Contas Abertas, dos R\$ 25,4 bilhões autorizados no Orçamento Geral da União para 2009 com recursos originados dessa fonte, R\$ 15,2 bilhões foram destinados aos estados e municípios. Dos R\$ 10,2 bilhões restantes, apenas R\$ 1,2 bilhão (10%) já haviam sido empenhados (ou seja, tiveram seu pagamento comprometido) até o fim de agosto. Somente R\$ 748 milhões haviam sido efetivamente pagos. Esse valor representa 7,3% do total disponível.

A metade desse dinheiro foi desembolsado pelo Comando da Marinha, para os programas "Preparo e Emprego do Poder Naval", que quitou R\$ 234,9 milhões e "Reaparelhamento da Marinha Brasileira", que já pagou uma fatura de R\$ 135,1 milhões. Ainda assim, os valores desembolsados representam 32% e 34% das respectivas dotações orçamentária no ano.

Outra área que está fazendo uso dos recursos é o Ministério da Ciência e Tecnologia, que já gastou R\$ 360,4 milhões em programas do FNDCT relacionados à Política Industrial. De R\$ 1,4 bilhão previstos para esse ministério, foram pagos até agosto 25% do total. ■

Gilberto Scofield Jr.

Correspondente

• WASHINGTON. A designer e ex-executiva de tecnologia da informação Betsy True estava com o marido numa viagem a Minnesota, em junho passado, quando ouviu falar de um horrível acidente de trem em Washington, onde mora. Como estava sem acesso à internet, lançou mão do seu Kindle — aparelho de leitura eletrônica fabricado pela Amazon — e simplesmente baixou do jornal "Washington Post", do qual é assinante da versão impressa, a reportagem relativa ao acidente.

— Eu sou fã de livros e leio compulsivamente. O Kindle é como se eu tivesse minha biblioteca particular sempre à mão. Ali eu tenho 300 livros e, sempre que preciso ter acesso eventual a um ou outro jornal ou revista, posso baixá-lo para o aparelho na hora, em qualquer lugar. A vantagem é que você nem precisa pegar o jornal na porta de casa. Ele já está ali disponível no seu aparelho, do lado da cama — diz.

A popularização dos aparelhos de leitura eletrônica nos EUA — hoje um mercado dominado pelo Kindle da Amazon, seguido do e-reader da Sony — tem animado não apenas as editoras de livros, mas os jornais e editoras de revistas a tornarem disponíveis versões digitais para esses aparelhos quantidade em cada vez maior. Segundo a Amazon, que não fala em fatias de mercado ou número de consumidores, há hoje 46 jornais americanos e estrangeiros e 35 revistas oferecendo versões para o Kindle. Desde a assinatura de toda a edição até a compra isolada de reportagens.

Jornais na palma da mão

Nos EUA, 46 publicações já aderiram ao Kindle, aparelho de leitura eletrônica fabricado pela Amazon



A ARTISTA PLÁSTICA Betsy True: "Nem precisa pegar o jornal na porta de casa"

— Nossa intenção é estar presente em qualquer plataforma em que o leitor queira ler o jornal, especialmente nos equipamentos móveis — afirmou Robert Z. Samuels, diretor de produtos móveis, internet e plataformas alternativas do jornal "The New York Times".

Samuels não fala em assinantes do Kindle (por enquanto, o único aparelho no qual o jornal está disponível), mas diz que é um mercado crescente como o de celulares. Em julho, o "Times" ultrapassou a faixa de um milhão de leitores que acessam o jornal em seus celulares.

Segundo levantamento da consultoria Forrester, o conjunto de

leitores de Kindle e e-reader em 2008 nos EUA chegou a um milhão de pessoas e cresce rápido na onda do que os americanos chamam de On-the-go media, aparelhos móveis e sem fios, como MP3 e iPhones. Os usuários também crescem porque os aparelhos melhoraram, e as empresas simplificaram o processo de compra on-line e ampliaram os títulos disponíveis.

— Os consumidores estão prontos para os leitores eletrônicos agora de uma maneira que não estavam em anos anteriores — diz Sarah Rotman Epps, da área de estratégia de produtos de consumo da Forrester.

Como não há custos de trans-

porte das publicações, as assinaturas podem ser mais baratas. No caso do "Times", a assinatura da versão para Kindle custa US\$ 13,99 mensalmente. É mais barata que a versão impressa (US\$ 29,60), porém ainda bem mais cara que a versão gratuita — ao menos por enquanto — na internet.

Mas nem tudo é entusiasmo. Há quem veja limitações e dificuldades nos leitores eletrônicos e sua relação com jornais e revistas, a começar pelo preço, que pode chegar a US\$ 300 no caso de aparelhos maiores, justamente os melhores para se ler conteúdo de jornal — o equivalente ao dos laptops mais baratos no mercado americano. — Não acho que a leitura de jornal, com fotos e diagramação, seja uma experiência satisfatória no Kindle — afirma o gerente de projetos de computação Harvey Chute, fundador de um dos maiores e mais ativos fóruns de discussão sobre o aparelho na internet, o Kindle Forum. — Ou para os anunciantes, já que os aparelhos ainda são em preto e branco. Para os leitores de revista, então, a frustração pode ser maior, uma dificuldade que não existe para os leitores de livros.

— Acredito que a curto prazo, algo entre dois e cinco anos, veremos uma explosão na venda de leitores eletrônicos entre as pessoas que

querem ler também jornais e revistas, porque essas edições têm pouco valor para os consumidores. Os aparelhos não são interativos como os micros, e o formato dificulta a leitura. Então, a única razão para que pessoas assinem uma versão de jornal ou revista para esses aparelhos é quando moram fora da área de circulação do jornal que costumam assinar — diz Vin Crosbie, sócio da Digital Deliverance LLC, especialista em mídias móveis e professor de comunicação visual e interativa da Syracuse University.

CUSTO ELEVADO:

preço do Kindle pode chegar a US\$ 300



Arquivo